

geral do pessoal civil da Força Aérea referidas a 31 de Dezembro de 2005.

Para efeitos de consulta pelos interessados, as listas encontram-se nos seguintes locais: secretarias do EMFA, CLAFa, CPESFA, COFA, CZAA, BA 1, BA 4, BA 5, BA 6, BA 11, BALUM, AT1, AML, AFA, IAEFA, ISFA, CFMTFA, DGMFA, GEFA, COAA, ER2, CTA, SDFA e GAEMFA e destacamento de Porto Santo.

Os funcionários dispõem de 30 dias a contar da data de publicação deste aviso no *Diário da República* para apresentar reclamação.

22 de Março de 2006. — O Chefe da Repartição, *Manuel Estalagem*, TCOR TPAA.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Gabinete do Secretário de Estado da Justiça

Despacho n.º 7813/2006 (2.ª série). — A Associação Portuguesa das Agências de Viagens e Turismo foi autorizada, através do despacho n.º 19 669/2005 (2.ª série), de 30 de Agosto, do Secretário de Estado da Justiça, a criar um centro de arbitragem de âmbito nacional, tendo por objecto a resolução de litígios entre as agências de viagens e turismo associadas da Associação Portuguesa das Agências de Viagens e Turismo ou entre estas e as pessoas ou entidades com quem mantenham relações comerciais, excluindo os consumidores, seus clientes.

Por requerimento conjunto de 30 de Janeiro de 2006, a Associação Portuguesa das Agências de Viagens e Turismo e a Associação dos Hotéis de Portugal vêm solicitar a alteração do supramencionado despacho.

Com efeito, ambas as entidades vêm manifestar a vontade de proceder ao alargamento subjectivo e objectivo do Centro de Arbitragem, que, nos termos do requerido, passaria a integrar a Associação Portuguesa de Viagens e Turismo e a Associação dos Hotéis de Portugal, tendo por objecto promover a resolução de litígios entre as agências de viagens e turismo associadas da Associação Portuguesa das Agências de Viagens e Turismo e dos empreendimentos turísticos associados da Associação dos Hotéis de Portugal ou entre estas e as pessoas ou entidades com quem mantenham relações comerciais, excluindo os consumidores, seus clientes.

A proposta cumpre os pressupostos legais da representatividade e da idoneidade para a prossecução da actividade que se propõe realizar, considerando-se reunidas as condições que assegurem a sua execução adequada.

Com relevância para a apreciação do pedido ressaltam, designadamente, os seguintes elementos:

- As entidades requerentes são indiscutivelmente representativas da classe empresarial;
- As entidades requerentes dispõem de uma lista de árbitros de comprovadas qualificações;
- As entidades requerentes possuem instalações adequadas ao funcionamento de um centro de arbitragem;
- As entidades requerentes remeteram declarações comprovativas da regularidade da sua situação fiscal;
- A nova proposta de redacção do Regulamento do Centro de Arbitragem de Conflitos revela-se conforme à lei.

Assim, ao abrigo e nos termos do disposto nos artigos 2.º e 3.º do Decreto-Lei n.º 425/86, de 27 de Dezembro:

1 — Autorizo a criação do Centro de Arbitragem de Conflitos, Hotéis, Viagens e Turismo.

2 — O Centro tem carácter especializado, âmbito nacional e funcionará na Rua do Duque de Palmela, 2, 1.º, direito, em Lisboa.

3 — O Centro tem como objectivo a resolução de litígios das agências de viagens e turismo associadas da Associação Portuguesa das Agências de Viagens e Turismo e dos empreendimentos turísticos associados da Associação dos Hotéis de Portugal ou entre estas e as pessoas ou entidades com quem mantenham relações comerciais, excluindo os consumidores, seus clientes.

24 de Fevereiro de 2006. — O Secretário de Estado da Justiça, *João Tiago Valente Almeida da Silveira*.

Direcção-Geral dos Registos e do Notariado

Aviso n.º 4234/2006 (2.ª série). — No seguimento do processo de privatização do notariado concretizado pelo Decreto-Lei n.º 26/2004, de 4 de Fevereiro, os funcionários dos cartórios notariais foram integrados em quadros de pessoal paralelos dos respectivos municípios, nos termos do n.º 1 do artigo 109.º, sendo afectos a serviços externos dos registos por aplicação do disposto no n.º 4 do mesmo preceito ou ficando na situação de licença sem vencimento, para os que optaram pela privatização, ao abrigo do n.º 4 do artigo 107.º ou do n.º 2 do artigo 108.º

Assim, publica-se a lista nominativa dos funcionários dos quadros paralelos abaixo indicados, referentes a cartórios notariais que já entraram em funcionamento como privados em 11 de Novembro de 2005 e cujas licenças foram atribuídas na sequência do concurso aberto pelo aviso n.º 4994/2004 (2.ª série) (*Diário da República*, 2.ª série, n.º 93, de 20 de Abril de 2004):

Cartório de origem	Quadro de pessoal paralelo do município (n.º 1 do artigo 109.º)	Funcionário	Categoria	Afectação/integração	
				Conservatória	Data
Cartório Notarial de Arcos de Valdevez.	Arcos de Valdevez.	Maria Albertina Barbosa Campos	Notário	Optou pela privatização (a).	11-11-2005
		Maria Fernanda Silva Araújo Galvão.	Primeiro-ajudante	Optou pela privatização (b).	12-11-2005
		Maria Fernanda Carmo Alpoim . . .	Segundo-ajudante	Predial de Arcos de Valdevez.	14-11-2005
Cartório Notarial de Benavente.	Benavente	Carla Alexandra Magarinhos Costa	Escriturário	Predial de Arcos de Valdevez (c).	14-11-2005
		Maria Conceição Sousa Pinto Dias	Primeiro-ajudante	CP de Benavente . . .	14-11-2005
		Ana Maria Duarte Sousa Silva . . .	Segundo-ajudante	Optou pela privatização (b).	12-11-2005
2.º Cartório Notarial de Castelo Branco.	Castelo Branco . . .	Maria Antónia Neves Canais Santos.	Escriturário	CP de Benavente (c)	14-11-2005
		Maria Conceição Jesus Farromba . . .	Escriturário	CP de Benavente (c)	14-11-2005
		Maria Fernanda Cordeiro Vicente	Notário	Optou pela privatização (a).	11-11-2005
		Ivone Fátima Soares Fonseca	Ajudante principal.	Civil de Castelo Branco.	14-11-2005
		Maria Lurdes Coelho Marques	Primeiro-ajudante	Predial de Castelo Branco.	14-11-2005
		Jorge Belo Oliveira	Segundo-ajudante	Civil de Castelo Branco.	14-11-2005
		Maria Fátima Patrício Farinha Alves.	Segundo-ajudante	Predial de Castelo Branco.	14-11-2005
		Benvinda Antunes Nunes	Escriturário	Predial de Castelo Branco (c).	14-11-2005
		Lídia Maria Martins Ribeiro Gaspar.	Escriturário	Optou pela privatização (b).	12-11-2005

Cartório de origem	Quadro de pessoal paralelo do município (n.º 1 do artigo 109.º)	Funcionário	Categoria	Afectação/integração			
				Conservatória	Data		
Cartório Notarial de Cinfães	Cinfães	Bárbara Maria Gonzalez Esteves Coutinho Lemos.	Notário	Optou pela privatização (a).	20-5-2005		
		Glória Maria Silva Amaral Semblano Pereira.	Primeiro-ajudante	CP de Cinfães	14-11-2005		
		Rosa Salgueiro Sousa Pereira Cardoso.	Segundo-ajudante	CP de Cinfães	14-11-2005		
3.º Cartório Notarial do Funchal.	Funchal	Isabel Maria Teixeira Vaz Pinto	Escriturário	CP de Cinfães (c)	14-11-2005		
		Rosa Maria Pinguinha Gonçalves Canha.	Notário	Optou pela privatização (a).	11-11-2005		
4.º Cartório Notarial do Funchal.	Funchal	Ernesto Clemente Santos	Notário	Optou pela privatização (a).	11-11-2005		
1.º Cartório Notarial de Lisboa.	Lisboa	Isaura Revés Deodato	Notário	Optou pela privatização (a).	11-11-2005		
		Joaquim Carlos Fernandes Paiva	Ajudante principal.	Comercial de Lisboa	14-11-2005		
		Ana Maria Almeida Carvalho Martins.	Primeiro-ajudante	6.ª Predial de Lisboa	14-11-2005		
		Maria Helena Graça Vicente Pereira.	Primeiro-ajudante	6.ª Predial de Lisboa	14-11-2005		
		Clara Maria Fernandes Vieira	Segundo-ajudante	4.ª Predial de Lisboa	14-11-2005		
		Dulce Luísa Gomes Correia Ramos.	Segundo-ajudante	1.ª Predial de Lisboa	14-11-2005		
		Elsa Jesus Fraga Eusébio	Segundo-ajudante	9.ª Civil de Lisboa	14-11-2005		
		José Cícero Pinto Ferreira	Escriturário	2.ª Predial de Lisboa (c).	14-11-2005		
		Maria Otilia Oliveira Guilherme	Escriturário	2.ª Predial de Lisboa (c).	14-11-2005		
		Mariana Alves Silva Barrinha Aguiar Santos.	Escriturário	Optou pela privatização (b).	1-6-2005		
		Cartório Notarial da Lousã	Lousã	Arménio Assunção Rodrigues Santos.	Notário	Optou pela privatização (a).	11-11-2005
				Célia Maria Pires Reis	Segundo-ajudante	CP da Lousã	14-11-2005
				Paula Sandra Silva Martins Nogueira Gouveia.	Escriturário	CP da Lousã (c)	14-11-2005
		Cartório Notarial de Nisa	Nisa	Rosa Maria Mendes Dionísio	Escriturário	Optou pela privatização (b).	12-11-2005
				Paula Cristina Figueiredo Bettencourt Mendonça Fragoso.	Notário	Optou pela privatização (a).	11-11-2005
Maria Fátima Tremoço Barreto	Primeiro-ajudante			Optou pela privatização (b).	12-11-2005		
Cartório Notarial de Olhão	Olhão	José Graça Farinha Carita	Segundo-ajudante	Predial de Nisa	14-11-2005		
		António Jorge Miquelino Silva	Notário	Optou pela privatização (a).	11-11-2005		
		Maria Lurdes Andrade Vicente Graça.	Primeiro-ajudante	Optou pela privatização (b).	12-11-2005		
		Paula Cristina Agostinho Domingos.	Segundo-ajudante	Optou pela privatização (b).	23-5-2005		
		Élia Maria Sousa Costa Gonçalves	Segundo-ajudante	Predial de Olhão	14-11-2005		
		Ana Luísa Veríssimo Alexandre Proença Mendes.	Escriturário	Predial de Olhão (c)	14-11-2005		
Cartório Notarial de Oliveira de Azeméis.	Oliveira de Azeméis.	Margarida Rosa Molarinho Brito Simão.	Escriturário	(d)			
		Margarida Maria Rodrigues Gago Câmara.	Notário	Optou pela privatização (a).	11-11-2005		
		Maria Isabel Rodrigues Ramalho	Ajudante principal.	Optou pela privatização (b).	12-11-2005		
		Maria Filomena Tavares Paiva	Primeiro-ajudante	Civil de Oliveira de Azeméis.	14-11-2005		
		Maria Olinda Almeida Tavares	Primeiro-ajudante	Predial de Oliveira de Azeméis.	14-11-2005		
		José Luís Magalhães Sousa Ferreira.	Segundo-ajudante	Optou pela privatização (b).	8-10-2005		
		Ludovina Fátima Sousa Couto	Segundo-ajudante	Optou pela privatização (b).	8-10-2005		
		Isabel Alexandra Andrade Costa Leite.	Escriturário	Predial de Oliveira de Azeméis (c).	14-11-2005		
		Lúcia Maria Serafim João	Escriturário	Civil de Oliveira de Azeméis (c).	14-11-2005		
		Sónia Maria Monteiro Moreira Silva.	Escriturário	Predial de Oliveira de Azeméis (c).	14-11-2005		
		1.º Cartório Notarial de Póvoa de Varzim.	Póvoa de Varzim	Conceição Maria Cardoso Guedes	Ajudante principal.	Predial da Póvoa de Varzim.	14-11-2005
				Maria Emília Silva Freitas Pereira Amorim.	Ajudante principal.	Optou pela privatização (b).	12-11-2005
Laurinda Fernandes Teixeira Pereira.	Primeiro-ajudante			Predial da Póvoa de Varzim.	14-11-2005		
Maria Saúde Ferreira Velasco Sousa.	Primeiro-ajudante			Civil de Póvoa de Varzim.	14-11-2005		
Ana Maria Azevedo Costa	Segundo-ajudante			Optou pela privatização (b).	9-3-2005		

Cartório de origem	Quadro de pessoal paralelo do município (n.º 1 do artigo 109.º)	Funcionário	Categoria	Afectação/integração	
				Conservatória	Data
1.º Cartório Notarial de Póvoa de Varzim.	Póvoa de Varzim	Manuel Passos Pereira Ferreira	Segundo-ajudante	Predial da Póvoa de Varzim.	14-11-2005
		Ana Paula Maia Azevedo Couto Ribeiro.	Escriturário	Civil da Póvoa de Varzim (c).	14-11-2005
		Anabela Freitas Videira	Escriturário	Predial da Póvoa de Varzim (c).	14-11-2005
		Maria Lúcia Silva Faria	Escriturário	Predial da Póvoa de Varzim (c).	14-11-2005
		Paula Maria Xavier Costa Reis Sencadas.	Escriturário	Predial da Póvoa de Varzim (c).	14-11-2005
Cartório Notarial de Sever do Vouga.	Sever do Vouga	Sara Alexandra Barbosa Arantes Silva Ferreira.	Escriturário	Predial da Póvoa de Varzim (c).	14-11-2005
		Dinora Rocha Martins Gomes Ferreira.	Notário	Optou pela privatização (a).	15-2-2005
		Sandra Marise Silva Pereira	Primeiro-ajudante	Optou pela privatização (b).	12-11-2005
		José Manuel Jesus Mota	Segundo-ajudante	C.P. de Sever do Vouga.	14-11-2005
		Maria Fátima Ferreira Lajas	Escriturário	Optou pela privatização (b).	12-11-2005
2.º Cartório Notarial de Vila do Conde.	Vila do Conde . . .	Maria Goretti Moreira Neves Pinto Azevedo.	Notário	Optou pela privatização (a).	11-11-2005
		Eduardo Artur Ferreira Cruz	Ajudante principal.	Predial de Vila do Conde.	14-11-2005
		Teresa Manuela Silva Correia	Primeiro-ajudante	Civil de Vila do Conde.	14-11-2005
		Maria José Sousa Queirós Xavier . . .	Segundo-ajudante	Civil de Vila do Conde.	14-11-2005
		Maria Luísa Palma Rodrigues Cambão.	Segundo-ajudante	Civil de Vila do Conde.	14-11-2005
		Pedro Nuno Soares Teixeira	Escriturário	Predial de Vila do Conde (c).	14-11-2005
		Maria Júlia Carvalho	Escriturário	Predial de Vila do Conde (c).	14-11-2005
		António José Regado Ferreira Vale.	Escriturário	Predial de Vila do Conde (c).	14-11-2005

(a) Encontra-se na situação de licença sem vencimento por aplicação do disposto no n.º 4 do artigo 107.º

(b) Encontra-se na situação de licença sem vencimento por aplicação do disposto no n.º 2 do artigo 108.º

(c) Integrado(a) na Conservatória de afectação por aplicação do disposto no n.º 1 do artigo 112.º

(d) Em comissão de serviço extraordinária para prestar serviço como adjunta nos Serviços dos Registos e do Notariado.

20 de Março de 2006. — A Subdirectora-Geral, *Maria Celeste Ramos*.

Aviso n.º 4235/2006 (2.ª série). — Faz-se público que, por despacho de 23 de Março de 2006 do Secretário de Estado da Justiça, proferido ao abrigo do despacho de delegação de competências do Ministro da Justiça n.º 10 823/2005, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 93, de 13 de Maio de 2005, foi autorizada a abertura de concurso para atribuição de licenças de instalação de cartório notarial, nos termos do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 26/2004, de 4 de Fevereiro, e do artigo 10.º do Regulamento de Atribuição do Título de Notário, constante do anexo 1 à Portaria n.º 398/2004, de 21 de Abril, e que da mesma faz parte integrante, o qual se rege pelas seguintes normas:

1 — Lugares — o número de cartórios notariais e respectiva área de localização constam da lista anexa ao presente aviso.

2 — Requisitos de admissão — podem apresentar-se ao concurso os licenciados habilitados com o título de notário, nos termos da Portaria n.º 398/2004, de 21 de Abril.

3 — Legislação aplicável — Decreto-Lei n.º 26/2004, de 4 de Fevereiro, e Portaria n.º 398/2004, de 21 de Abril.

4 — As vagas são preenchidas de acordo com a graduação dos candidatos, obtida no concurso de provas públicas para atribuição do título de notário, aberto pelo aviso n.º 9225/2004, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 235, de 6 de Outubro de 2004, e as referências de localização dos cartórios manifestadas no requerimento de candidatura e respectivo pedido de licença.

5 — Formalização das candidaturas:

5.1 — Prazo — 10 dias úteis contados da data de publicação do presente aviso.

5.2 — Os requerimentos de admissão ao concurso deverão ser dirigidos ao Ministro da Justiça e entregues nas instalações da Direcção-Geral dos Registos e do Notariado, sitas na Praça de Francisco Sá Carneiro, 13, 4.º, 1911-201, Lisboa, ou ainda remetidos pelo correio, com aviso de recepção, expedidos até ao último dia do prazo de

entrega das candidaturas, para a mesma morada, devendo conter os seguintes elementos:

- Identificação pessoal;
- Indicação do lugar ou lugares a que os candidatos se habilitam.

5.3 — Os candidatos que se habilitem a mais de um lugar deverão indicar no respectivo requerimento a ordem de preferência para efeitos do disposto no n.º 4 do presente aviso.

5.4 — Relativamente às candidaturas para atribuição de licenças de instalação em cartórios notariais actualmente instalados e que serão objecto do processo de transformação previsto no artigo 116.º do Decreto-Lei n.º 26/2004, de 4 de Fevereiro, os candidatos deverão indicar a denominação dos cartórios.

5.5 — Relativamente às candidaturas para atribuição de licenças de instalação de novos cartórios, os candidatos indicarão apenas o município onde pretendem instalar-se.

6 — O resultado da atribuição de licenças para instalação de cartórios notariais será publicado no *Diário da República*.

7 — Do presente aviso não fazem parte os cartórios privativos do protesto de letras, os cartórios de competência especializada, os cartórios dos centros de formalidades de empresas e o Cartório Privativo da Zona Franca da Madeira, os quais são regidos por diploma próprio, ao abrigo do disposto no artigo 127.º do Decreto-Lei n.º 26/2004.

8 — Composição do júri do presente concurso:

Presidente — Licenciada Maria Celeste Borges da Conceição Ramos.

Vogais efectivos:

- Licenciado José Ascenso Nunes da Maia.
- Licenciado Vicente João Monteiro.

Vogais suplentes:

- Licenciada Ana Cristina Ferreira Fernandes Cardoso dos Reis.
- Licenciada Maria Sílvia Chichorro Medeiros da Silva.